

BRASIL: CRESCER A FORMALIDADE, FORTALECER A SOLIDARIEDADE

**Joao Felicio, secretario de relaciones internacionales
de la CUT (Confederación Única de Trabajadores) de
Brasil**

Documento presentado al GTAS, Grupo de Trabajo sobre Autorreforma Sindical de CSA en 2014

O maior protagonismo da classe trabalhadora brasileira, a partir da ação coordenada da Central Única dos Trabalhadores (CUT-Brasil) e das demais centrais sindicais em marchas e protestos, incidiu positivamente sobre o governo federal, garantindo políticas públicas - como a de valorização do salário mínimo - que impulsionaram o crescimento do mercado interno e a geração de empregos formais.

O êxito desta política desenvolvimentista pode ser facilmente mensurado: resultou no aumento da formalização do trabalho nos últimos 10 anos, que passou de 44,6% para 56,9%, conforme a “Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida dos brasileiros”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados comparativos entre 2002 e 2012 constam na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 2013.

Ao mesmo tempo em que valoriza estes avanços, a CUT continuará exigindo que as contratações sejam formalizadas, uma vez que a sonegação representa uma verdadeira sangria dos cofres públicos, concentrando ainda mais a renda e penalizando quem mais precisa. Cálculos recentes do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz) apontam que a sonegação no Brasil representa aproximadamente 10% do Produto Interno Bruto, 25% de tudo o que é arrecadado, valor 20

vezes maior do que o gasto com o Programa Bolsa Família, um dos programas sociais mais importantes do país.

Obviamente para que estas formalizações ocorram é preciso que os governos federal, estadual e municipal coordenem ações e ampliem a fiscalização, especialmente junto às grandes empresas e bancos, mas também combatendo a sonegação nas pequenas e médias empresas e no campo. Infelizmente, a ausência do Estado e a impunidade têm servido de estímulo à ilegalidade.

Redução do desemprego. Segundo o IBGE, a situação do mercado de trabalho melhorou significativamente na década analisada, com a expressiva redução do desemprego de 13% em 2003 para 5,4% em 2012. No período, a retomada do crescimento econômico provocou um aumento da renda real de 27,1%, com a formalização do emprego beneficiando principalmente as mulheres.

Apesar dos avanços, constatamos que as desigualdades regionais se mantêm, com 66,9% dos trabalhadores do Sudeste com carteira assinada, contra apenas 38,6% no Nordeste. O IBGE destaca que, mesmo caindo, a informalidade ainda é muito grande no país, chegando a 74,5% dos trabalhadores do Maranhão, em contraposição à Santa Catarina e ao Distrito Federal, onde 26,9% dos trabalhadores não têm vínculo formal.

Ainda segundo a pesquisa, jovens e idosos são os grupos etários que apresentam os maiores percentuais de trabalho informal: 46,9% entre as pessoas de 16 a 24 anos, chegando a 70,8% entre os que têm mais de 60 anos. Para o IBGE, enquanto a baixa formalização entre os idosos se explica pelo fato do trabalho ser uma forma de complementação de renda ou socialização, no caso da juventude ela é fruto da procura pelo primeiro emprego e a conciliação com os estudos.

Conforme dados do DIEESE sobre “a situação do trabalho no Brasil” na primeira década dos anos 2000, a inserção dos negros no mercado de trabalho se dá de forma desigual e precária. Para essa população as oportunidades

de ascensão são barradas por questões econômicas e sociais. A participação de negros e negras é bastante significativa por que ingressam jovens e deixam o mercado de trabalho em idade avançada. No entanto nem sempre conseguem uma ocupação, convivendo mais com a situação de desemprego e da informalidade. Além disso, a remuneração pelo trabalho realizado situa-se nos estratos inferiores das faixas salariais do mercado.

Um importante avanço do último período foi a regularização do trabalho doméstico com os mesmos direitos das demais categorias – como a jornada de trabalho de 44 horas semanais e o pagamento dos encargos trabalhistas pelo empregador. Em nosso país a atividade congrega mais de sete milhões de trabalhadores, na imensa maioria mulheres negras, jovens e na informalidade.

Do ponto de vista organizativo, a CUT tem também entre os seus desafios a ampliação da participação da juventude nas instâncias de direção dos sindicatos, federações e confederações, já que parcela expressiva dos jovens trabalhadores está na informalidade, em busca de emprego e em formação profissional, portanto excluídos das organizações representativas.

Economia solidaria. Representada pelos empreendimentos coletivos, principalmente as cooperativas e associações de trabalhadoras e trabalhadores, no campo e na cidade, a Economia Solidária tem se constituído como uma das estratégias fundamentais da política de desenvolvimento justo, sustentável, equânime, democrático para o Brasil. A Economia Solidária traz consigo uma proposta que dialoga com o fortalecimento da economia nacional, com a importância da justiça social, como forma de combater as desigualdades regionais e de concentração de riqueza, com a preocupação dos temas relacionados à sustentabilidade ambiental, e ainda, com o fortalecimento da democracia nas relações de produção e na definição das políticas públicas em nosso país.

Os Empreendimentos coletivos a que nos referimos, incluem novos sujeitos da classe trabalhadora, organizados com princípios da autogestão, cooperação, democracia e solidariedade, atuando em praticamente todos os ramos da economia, no campo e na cidade, abrangendo atividades econômicas, de produção, comercialização, consumo, poupança e crédito. A defesa cotidiana da concepção política e organizativa descrita acima, levada a cabo pela CUT, suas instâncias e seu ente afim, a Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS - juntamente com vários outros atores sociais, culminou com a criação de uma ambiência parcialmente favorável ao desenvolvimento da economia solidária.

Em que pese os governos em todos os âmbitos (federal, estadual, municipal) tenham desenvolvido políticas públicas de apoio e fomento à Economia Solidária, tais medidas ainda são insuficientes diante dos entraves institucionais enfrentados e das demandas que uma organização desse formato precisa para colocar-se e manter-se competitiva no mercado, em condições de enfrentar empresas já estabelecidas.

Dada a parcialidade dos avanços obtidos, os Empreendimentos Econômicos Solidários ressentem-se ainda de várias debilidades que perpassam a área do crédito, informação, formação e qualificação tecnológica, qualificação técnica, formação profissional e elevação da escolaridade, assessoria/assistência técnica, logística, comercialização, acesso a mercados públicos e privados, bem como ressentem-se ainda de um marco legal que atualize as regras gerais do cooperativismo, assim como também de uma legislação que normatize a organização e funcionamento das cooperativas de trabalho, produção e serviços, privilegiando, nessas novas legislações, as regras gerais que favoreçam o desenvolvimento das cooperativas autênticas, onde as políticas públicas têm papel preponderante.

Em sendo demandas de políticas públicas, a CUT deve encaminhar junto à suas instâncias horizontais (Estaduais

da CUT) e verticais (Ramos), o debate deste tema e a construção de uma agenda de lutas com vistas a sensibilizar as várias instâncias de governo quanto à necessidade de darem efetividade à construção dessas políticas públicas, reafirmando assim a economia solidária como direito de cidadania e como dever do Estado. Neste sentido, a CUT apoia a economia solidária, buscando, por meio de seus representantes nos diferentes espaços de representação, como fóruns e conselhos governamentais, a constituição de políticas públicas municipais, estaduais e federais, além de lutar pelo fortalecimento de um ambiente jurídico para o setor, com leis de fomento municipais, estaduais e federais. A CUT incentiva a constituição de coletivos estaduais de economia solidária das CUTs.

Relações Institucionais. A CUT, por meio da ADS, dialoga com as entidades de representação e apoio à economia solidária parceiras - UNISOL Brasil, Unicafes, Concrab, a Unitrabalho, as ITCs, outras incubadoras, entidades de assessoria e formação, a Rede de Gestores de Políticas Públicas para a Economia Solidária, em vistas de desenvolver os seguintes eixos estratégicos prioritários para o fortalecimento da economia solidária no Brasil e no mundo:

Do ponto de vista da comercialização, devemos fortalecer a iniciativa do projeto Conexão Solidária da ADS, ampliando o diálogo com os empreendimentos, com as entidades de representação e apoio à Economia Solidária, bem como com seus Sindicatos, Federações, Confederações e seus entes. Além disso, a CUT compromete-se e orienta suas instâncias horizontais e verticais a sempre priorizarem, em pelo menos 30% de suas compras e contratações, aquisição de produtos e serviços oriundos de empreendimentos da economia solidária, além de apoiar a constituição de pontos fixos de comércio justo e solidário;

- **Crédito e finanças solidárias:** apoiar o desenvolvimento de cooperativas de crédito, fundos solidários, bancos comunitários destinados ao investimento em

empreendimentos da economia solidária, bem como lutar para que o Sistema Financeiro Público e Privado tenham linhas de crédito e financiamento adequadas às demandas e realidades destes empreendimentos;

- **Inovação e tecnologia:** apoiar projetos de empreendimentos e suas redes que desenvolvam produtos e/ou serviços inovadores baseados na sustentabilidade ambiental, econômica e social, e principalmente aqueles que utilizam-se das tecnologias sociais, e que o resultado esperado destes projetos sejam a melhoria contínua do processo produtivo, da qualidade das condições de trabalho, e da melhor utilização e aproveitamento das matérias primas;

- **Formação:** ampliar programas de formação profissional destinados às cooperativas; valorizar o aspecto sócio-cultural da autogestão e do cooperativismo; e inserir este tema dentro dos programas de formação de seus/suas dirigentes;

- **Cooperação internacional:** interagir com centrais sindicais parceiras de outros países que já desenvolvem ou pretendem desenvolver a economia solidária dentre seus trabalhadores e trabalhadoras trocando experiência e buscando a construção de propostas de políticas que apoiem e fomentem a Economia Solidária, com a busca de um posicionamento consensual, para apresentação nos fóruns internacionais de discussão e representação do setor;

- **Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS):** reafirmamos a necessidade de investimentos permanentes na ADS, tendo em vista a sua importância estratégica nas ações que vem desenvolvendo na área da comercialização junto a diversos empreendimentos, e também como instrumento de debate da economia solidária junto aos Sindicatos, Federações e Confederações filiadas, junto às Estaduais da CUT e com as diversas entidades Sindicais parceiras em âmbito internacional.

Por último, é fundamental que este tema esteja presente nas diferentes formas que a CUT utiliza para comunicar-se com suas entidades filiadas, e por ocasião das eleições, que o mesmo esteja inserido nas propostas apresentadas aos candidatos, na expectativa de garantir o compromisso e também para que sirvam como orientação dos eleitores, por meio da Plataforma da CUT.